

## Dos meios às instituições: caminhos pós-habermasianos para se pensar a comunicação

---

---

A noção de “meios de comunicação de massa” tem sido, ao longo dos anos, largamente utilizada por praticamente todos os autores de ciências humanas e ciências sociais e, a tal ponto que se pode dizer que está referendada pelo senso comum, em suas mais diversas formas. Termos como “veículos de comunicação de massa”, “mass media” ou, simplesmente, “meios”, já estão mais do que consagrados, para denominar periódicos impressos e emissoras de rádio e televisão, seja como diferentes institucionalidades, sistemas de comunicação e/ou suportes tecnológicos.

Este trabalho questiona os pressupostos que sustentam a concepção de comunicação vinculada às noções de “meio” e “massa”, na intenção de defender a tese de que sua utilização indiscriminada e conceitualmente acrítica demonstra aspectos relevantes da conhecida fragilidade epistemológica dos estudos de comunicação. Além disso, trabalha-se com a hipótese de que esta, por sua vez, deriva das inconsistências da teoria de sociedade dentro da qual aquelas noções fazem sentido. Com base nessa problemática, estuda-se de forma sintética algumas possibilidades de contribuição a partir da teoria dual de sociedade formulada por Habermas<sup>1</sup>.

### 1. O que revelam os meios e as massas

A hipótese central da problemática na qual se concentra este trabalho é a de que os estudos de comunicação so-

cial, de uma forma geral, padecem de uma inadequação específica, relacionada a problemas teóricos e epistemológicos, que podem ser demonstrados a partir de uma crítica ao difundido conceito de “*meio de comunicação de massa*”. Para demonstrar isso, importa estudar seus pressupostos sustentadores.

Segundo essa perspectiva, o conceito de “meios de comunicação de massa” é inadequado porque, se utilizado rigorosamente:

1. Presume uma racionalidade finalista, de corte weberiano, para a ação social, dentro da qual as instituições de comunicação social, subsumidas como meros instrumentos ou aparatos mediadores, representam “veículos” de transmissão de sentidos percebidos como externos (como os da política e da economia) e ante os quais desempenham função subalterna ou, até, passiva (Weber, 1921, p. 15-16). Uma apreensão weberiana nesse sentido, da comunicação, implica, pois, uma visão instrumental dos processos a ela vinculados, criando diversas limitações e problemas para a análise. A racionalidade teleológica da teoria da ação de Weber irá encontrar em Habermas um crítico vigoroso, para quem aquele autor não percebeu a razão comunicativa e, com isso, não pôde delinear a possibilidade de uma ação não teleológica, orientada ao entendimento intersubjetivo (Habermas, 1981, p. 329).

2. Tende a apropriar ao funcionamento das instituições de

Luiz Signates é doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Federal de Goiás

**(1) Uma análise mais minuciosa e completa dos argumentos contidos neste artigo está desenvolvida na tese doutoral do autor, em fase de conclusão.**

comunicação a idéia de vicariedade ou de ação delegada, segundo a qual as operações por elas realizadas situam-se não como categorias inscritas numa lógica que lhe é própria, e sim como apropriações parciais delegadas por outros campos socialmente legitimados e autonomizados da modernidade (Rodrigues, 1990, p. 152 e seg.). A fragilidade da idéia de delegação também se encontra em seu marco weberiano, desta vez na limitação das esferas autonomizadas a apenas três patamares de racionalidade - moral-prática, cognitivo-instrumental e estético-expressiva -, resultando os demais campos em seus meros subprodutos, institucionalizados por “delegação” das esferas social e historicamente legitimadas.

3. Não oferece visibilidade aos processos estruturantes que se fizeram presentes, ao longo dos últimos séculos, nas atividades de comunicação no mundo capitalista, dotando-a de uma racionalidade própria a partir da institucionalização dos meios técnicos de controle das interações de natureza simbólica. Analisando, por exemplo, o vínculo entre a informação jornalística e a produção cultural, Ribeiro, a partir de Habermas, conclui que “(...) estas instituições nunca se confundiram, ou foram diluídas ou incorporadas, e nem se submeteram à condição exclusiva de mediadoras destes movimentos culturais em processo crescente de autodelimitação institucional” (Ribeiro, 1996, p. 47). A idéia de “meio” é, portanto, extremamente limitada para discernir os modos de institucionalização da comunicação na modernidade.

4.E, mesmo quando tais processos são tomados visíveis, tendem a ser mostrados numa relação dentro da qual os sistemas de comunicação são percebidos como instâncias totalizantes, na medida em que a idéia de massa subsume uma visão atomizada e passiva dos sujeitos sociais (Blumer, 1946). A noção de massa, de uso vulgar até hoje

em textos de diferentes procedências e linhas teóricas, vem sofrendo duras críticas desde a década de 1950, com as pesquisas e publicações que resultaram na vertente dos *cultural studies* ingleses (ver, por exemplo, Williams, 1960) e nos estudos de recepção e audiência em diferentes países, inclusive o Brasil.

É possível argumentar que nem todos os autores que utilizam a expressão “meios de comunicação de massa” o fazem dentro desses pressupostos mencionados. É verdade, mas, por conta disso, o problema não fica menor. Utilizada com excessiva vulgarização, a noção de meios de comunicação de massa acabou perdendo, assim, sua capacidade explicativa, já que se torna uma simples denominação, em trânsito pelas mais diferentes vertentes teóricas, nem sempre comprometidas seja com a idéia de “meio”, em perspectiva funcionalista, ou com a de “massa”, dentro da tradição sociológica que a fundou.

Nesse caso, a questão é: por que o seu uso se mantém, mesmo nos teóricos mais críticos e, inclusive, entre alguns que chegam a criticá-la? Uma questão similar é indagar até que ponto o reconhecimento da generalização do uso de uma expressão rigorosamente indevida pode, eventualmente, contribuir para reforçar objeções ao próprio método do levantamento de pressupostos, como se faz neste texto, sob o pretexto de que outro já seria o sentido de sua utilização. A isso se pode responder argumentando em favor do refinamento conceitual e taxonômico que é devido a qualquer processo que se pretenda científico, mesmo que não nos alimentemos de uma visão essencialista ou positivista da linguagem ou da ciência.

Entretanto, este não é o nosso principal argumento. Importa-nos mais o fato de como se toma visível, com a utilização conceitualmente acrítica de uma expressão tão frágil, a necessidade

***(2) Este, por exemplo, é o caso típico de Thompson (1995, p. 30), que, após reconhecer que "... 'comunicação de massa' é uma expressão infeliz" e que "o termo 'massa' é especificamente enganoso", prossegue utilizando-os, sob o pretexto de denominar com eles a disponibilidade dos produtos da comunicação"... para uma grande pluralidade de destinatários". Isso, contudo, não é de forma alguma consistente, seja porque a idéia de quantidade não implica necessariamente o comportamento de massa, seja porque não é por tratar as audiências como se fossem massas (proposição em si já discutível) que estas se comportariam como se fossem, não sendo, tampouco, cabível que se fale de comunicação apenas pela perspectiva das intenções e procedimentos de seus produtores.***



de buscar uma fundamentação teórica mais sólida para as teorias básicas que informam os estudos de comunicação, já que o seu uso indiscriminado esvazia o conceito de toda e qualquer possibilidade descritiva ou explicativa consistente. Em outras palavras, a presença e a permanência da expressão “meios de comunicação de massa” em textos científicos serve para revelar tanto uma inadequação da base teórica, no caso de seu uso rigoroso, quanto a ausência de uma dimensão crítica dessa base, no caso de sua redução a uma mera nomenclatura descomprometida dos pressupostos que a sustentam.

Eis porque este trabalho defende a tese de que essa noção deve ser abandonada, adotando-se outra perspectiva capaz de não apenas superar os problemas apontados, como, além disso, mostrar-se mais adequada para explicar os processos comunicacionais em curso no mundo contemporâneo. Uma coisa não poderá ser feita sem a outra, caso seja verdadeira a proposição, aqui sustentada, de que o uso contínuo de uma expressão inadequada revela, mais do que desatenção dos diversos autores, a necessidade de uma reflexão sobre as bases da teoria social sobre a qual se sustenta a teoria da comunicação. Nesse sentido, parte-se dos movimentos que têm determinado a superação desses pressupostos no campo da filosofia social, para, então, procurar-se verificar as contribuições possíveis para os estudos específicos de comunicação.

## **2. Caminhos de superação: a comunicação sem meios nem massas**

Uma discussão crítica densa em tomo dos pressupostos mencionados encontra em Habermas um dos melhores autores contemporâneos. Será este filósofo, o último grande pensador da Escola de Frankfurt, quem mais densamente efetuará uma crítica aos pressupostos weberianos, fornecendo pistas e soluções para se repensar a

base em termos de teoria social na qual se sustentam os estudos contemporâneos de comunicação. Este trabalho concentra-se, assim, nos aportes desse autor, o qual, sinteticamente, contribui, na filosofia social:

1. Para uma superação da abordagem exclusivamente finalista da ação de Weber, por via da introdução do conceito de ação comunicativa. Habermas critica como sendo uma contradição central no pensamento weberiano o fato de compor um conceito complexo de racionalidade vinculado a uma teoria da ação, mas considerar a racionalização social exclusivamente sob o aspecto teleológico (Habermas, 1981, p. 329). Direciona-se então para, a partir de Mead, o desenvolvimento da noção de racionalidade comunicativa, pela qual a linguagem passa a ser vista como mediadora das interações, das formas de comportamento e das ações coletivas, em termos de uma intersubjetividade que possibilite um entendimento não coativo dos indivíduos entre si.

2. Para a superação de um quadro interpretativo fundado numa filosofia do sujeito e da consciência, pela perspectiva intersubjetivista, tarefa que Habermas cumpre em seu retorno a Mead, para quem as interações sociais não são simplesmente reações do organismo individual ao seu entorno (perspectiva objetivista), e sim interações dentro das quais os organismos reagem uns aos outros, incluindo nisso o comportamento simbolicamente orientado e a interação lingüisticamente mediada. Habermas constrói, assim, a partir da pragmática, uma concepção não reducionista da linguagem, cuja ênfase se estabelece no caráter simbólico e publicamente acessível, próprio da ação social e da própria estrutura da linguagem, e não simplesmente como algo “interior” à consciência.

3. Para a reformulação, nesse quadro, da questão da racionalização e da

autonomização de sistemas sociais, na modernidade. Habermas recusa a idéia, contida em Weber, Marx, Adorno e Horkheimer, de identificar racionalização social com aumento de racionalidade estratégica e instrumental dos contextos de ação, e redimensiona essa questão, ligando-a aos processos de diferenciação estrutural de sistemas sociais, em dois níveis: a integração social e a integração sistêmica, a partir da institucionalização dos mecanismos coordenadores da ação. Com isso, Habermas distingue entre a integração produzida pelo consenso assegurado normativa ou comunicativamente e a regulação funcional e não normativa de decisões, situada além da consciência dos atores e dotada de valor funcional. E, por conseguinte,

4. Para a adequação entre a teoria da ação e a teoria de sistemas, a partir de seu par conceitual *sistema/mundo da vida*. Define-se o sistema como conjunto de atividades vinculadas à sobrevivência econômica e política das sociedades modernas, mediante a regulação das conseqüências das ações de tipo estratégico e instrumental por mecanismos burocráticos e de mercado capazes de limitar o escopo das decisões voluntárias (Ingram, 1987, p. 153). E define-se o mundo da vida como o depósito de convicções inquestionadas ou autoevidências, que os participantes na comunicação usam nos processos cooperativos de interpretação (Habermas, 1981a, p. 176).

A contribuição habermasiana, pois, redimensiona o pensamento social, trazendo implicações importantes para as superações e questionamentos nos quais se baseia este trabalho. Ainda que se pense que a rede conceitual tecida por esse autor não consiga resolver alguns dos importantes problemas vinculados às especificidades dos estudos de comunicação social — o que certamente é verdade -, nem por isso se pode dispensá-lo ou reduzir sua importância, já que, como rapidamente

se buscou explicitar, Habermas efetua avanços irrenunciáveis em termos de filosofia social, dentre os quais pode-se mencionar com destaque a superação da perspectiva subjetivista e intencionalista da filosofia da consciência.

### **3. Abrindo picadas: em busca de caminhos habermasianos para a comunicação**

Resta, então, saber em que termos a reformulação habermasiana da teoria social pode implicar em avanços e superações no modo de se pensar a comunicação social. Sintetizaremos tais pontos nos seguintes tópicos:

-A crítica da ação social vista como exclusivamente orientada a fins convida-nos a pensar até que ponto as instituições de comunicação podem ainda ser interpretadas como “meios” num contexto desse tipo de ação. Não parece caber dúvida de que as organizações empresariais e estatais de comunicação do mundo capitalista contemporâneo fundamentam-se numa razão estratégico-instrumental, sendo pois, perfeitamente explicáveis a partir de uma lógica em que prevalecem os pressupostos finalistas e de dominação. Essa constatação, porém, não é capaz de dar conta da complexidade das interações desencadeadas pela presença social dessas instituições. Primeiro, porque não se pode falar em comunicação social exclusivamente pela perspectiva intencionalista e estratégica de seus produtores, nem mesmo quando entram em cena categorias sólidas de um ponto de vista materialista, como os referenciais da economia e da política: há que se considerar um mundo de cultura que lhe serve de entorno e referencial<sup>3</sup>. E, segundo, porque não é de modo algum evidente que as pretensões de poder implicadas nas ações dessas estruturas se tomam obrigatória ou hegemonicamente realidades efetivas. Habermas está correto, ao falar de um “potencial emancipatório” contido na dependência das conexões

***(3) É a sensibilidade para esse problema que, no nosso entender, confere sentido à proposição de novas articulações conceituais de grande implicação metodológica, como tem sido o caso da hoje famosa e muito mal utilizada noção de mediação, a partir do pensamento de Martín-Barbero (1987). Embora nos identifiquemos com a busca que a informa e reconhecamos a qualidade do trabalho deste autor, parece-nos problemático o alto grau de indefinição dessa noção - o que acabou tornando-a um conceito "guarda-chuva", desses em que cabe tudo. Uma discussão teórico-conceitual rigorosa dessa categoria, que procuramos iniciar em outro artigo nesta revista (Signates, 1998), ainda não foi publicamente feita pelos pesquisadores que se referenciam em Martín-Barbero.***



de audiência às estruturas da linguagem e às suas possibilidades de deriva interpretativa (Habermas, 1981a, p. 552-3). A complexidade envolvida nessas interações não permite, portanto, situar os estudos em apenas um dos aspectos envolvidos, sem reduzir o outro e arriscar-se fortemente a falsear os resultados. Mas, de toda forma, parece evidente que a base weberiana, que informa a idéia de “meios” orientados a “massas”, é frágil para dar conta do problema.

-A descrição habermasiana da racionalização e do descolamento sistêmico do mundo da vida remete-nos à questão de saber como isso ocorre, no surgimento e na configuração estrutural dos processos comunicacionais no mundo moderno. Nesse sentido, toda uma tradição de estudos históricos da comunicação deve ser revisitada, utilizando as categorias construídas por Habermas, até onde couberem, como fios condutores para uma pesquisa específica, na qual se busque compreender em que medida o processo de racionalização permite se falar em comunicação como um campo social autonomizado.

-A teoria dual de sociedade (sistema/mundo da vida) permite ainda questionar se as relações movimentadas pela presença social das instituições de comunicação não se constituem também nesse conflito entre interações socialmente engendradas e funcionalmente circunscritas. Para isso, contudo, é preciso avançar para além das formulações do próprio Habermas, uma vez que, em seu esquema teórico, os sistemas na modernidade se institucionalizam em apenas duas estruturas, o Estado e a economia, e, por tal razão, as instituições de comunicação ocupariam o espaço da esfera pública, que, em seu modelo, representa o entorno do subsistema do Estado. Este último item lança, portanto, também a questão dos limites da teoria habermasiana para lidar com os problemas da comunicação

social.

Deve-se, portanto, examinar se a teoria da ação comunicativa, embora se mostre indispensável para um repensar da teoria social, é ou não capaz de dar conta do complexo problema da comunicação social no mundo contemporâneo. A postulação deste trabalho é a de que a formulação habermasiana, perante as exigências teóricas de se pensar a chamada comunicação de massas, enfrenta limites que exigem algumas reformulações categoriais. Senão vejamos.

-Habermas não se aprofunda, em momento algum, no estudo específico da comunicação social. Sua obra, compreensivelmente, está centrada em problemas de mais densidade nas tradições filosófica e sociológica, quais sejam a racionalidade e as ações sociais, a crítica do funcionalismo e a compreensão da presença do Estado e da economia nas sociedades européias.

-Nas poucas ocasiões em que trata do assunto, Habermas tem dificuldade de perceber o alcance e a profundidade das transformações engendradas pelo surgimento das tecnologias de comunicação na constituição dos vínculos sociais. Desde o princípio de sua obra, ele situa as relações a partir do modelo da interação face-a-face. Como pondera Thompson (1995, p. 119), “ao aderir à noção tradicional de publicidade como co-presença, Habermas privou-se dos meios de compreensão das novas formas de publicidade criadas pela mídia: ele as vê através das lentes do modelo tradicional, quando é justamente este modelo que foi substituído”.

-Mesmo em sua obra magna, Habermas situa os chamados “meios de comunicação de massa” (o conceito permanece, inquestionado, em seu trabalho) num quadro difuso, quase “ad hoc”, de sua teoria: a das “formas generalizadas de comunicação”, dotadas de um “potencial ambivalente” (regulador/emancipatório), já que se estruturam de forma monológica, mas

seguem dependendo da linguagem para desencadear os vínculos com os públicos conectados. Em todos os casos, sua abordagem dessa questão é episódica e superficial.

-Nesse sentido, Habermas situa, como foi dito, as instituições de comunicação não no âmbito do conflito sistema/mundo da vida, o par conceitual que sustenta sua teoria social, e sim no entorno sistêmico do Estado, isto é, na esfera pública, onde cumpririam pouco mais do que a função de “meios”, orientados a intermediar o Estado e a sociedade. Essa posição tem sido a mesma desde o início de seus trabalhos, bastando ver que, em sua primeira obra importante dentro do assunto, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, ele menciona os “meios de comunicação” como órgãos da esfera pública. A defesa deste trabalho não é, evidentemente, a de que os sentidos da comunicação social não se vinculem de forma orgânica aos processos que compõem as esferas públicas, e sim de que esse lugar teórico acaba sendo demasiadamente frágil, se levado rigorosamente a sério, já que acaba localizando a comunicação social como espaço do mundo da vida, deixando de explicitar o sentido sistêmico com que sua institucionalização o revestiu, no processo de racionalização da modernidade. Talvez por ter sido excessivamente sistemático (conforme, inclusive, Giddens, 1984 e Ingram, 1987), Habermas não deixou espaço para a utilização de suas categorias como operadores analíticos visíveis em análises institucionais de sociedades nas quais as condições sistêmicas se dessem de modo diferente.

De toda forma, os avanços trazidos por Habermas tanto à visão weberiana, quanto à marxista, de sociedade não são renunciáveis, apenas por conta das fragilidades de sua teoria para abordar os processos de comunicação. Eis porque parece valer a pena enfrentar o desafio de, dentro do paradigma por ele

construído, trabalhar novas categorias que tomem possível tal abordagem. Eis o que se procurou fazer a partir de dois conceitos básicos: o conceito de **institucionalização sistêmica da comunicação** e a noção de **esferas públicas comunicacionais**. Trabalhem, rapidamente, as idéias básicas que fundamentam tais opções teórico-conceituais.

#### **4. Dos meios às institucionalizações: a comunicação entre o sistêmico e o vivido**

O conceito de **institucionalização sistêmica da comunicação** constitui uma proposta de parâmetro analítico que busca ser capaz de substituir a idéia de “meios de comunicação” compreendidos como “formas generalizadas de comunicação”, formulada por Habermas. Para isso, dentro de nosso trabalho, opera-se com duas opções metodológicas:

-a primeira, a de efetuar um retorno aos estudos de análise institucional, com o cuidado de não reassumir postulados estruturalistas, evitando, para isso, conferir centralidade para a noção de “instituição” (ou mesmo na dicotomia instituição/organização), adotando-se de preferência uma articulação que busque estudar **processos de institucionalização**;

-a segunda opção, de inserir a teoria sistêmica em perspectiva institucional, isto é, trabalhar o **modo sistêmico de institucionalização**, partindo para isso do critério habermasiano de definir os sistemas sociais como sendo formas de institucionalização de meios ou mecanismos de controle, pelas quais estes últimos, dentro das condições de racionalização e colonização do mundo da vida, ganham capacidade de estruturação sistêmica, na medida em que demonstram historicamente capacidade de substituir a linguagem na criação e reprodução de vínculos sociais.

A questão, portanto, torna-se



investigar se, no processo de institucionalização da comunicação, há um meio de controle que, como o poder e o dinheiro, seja capaz de desconectar a coordenação das interações de uma dependência específica das negociações e derivas implicadas na estrutura da linguagem. A hipótese com a qual temos trabalhado é de que esse descolamento é propiciado pelos meios técnicos. Para isso, as tecnologias da comunicação são historicamente engendradas como meios de controle, gerando o subsistema da comunicação social, presente no mundo moderno pela autonomização de sua institucionalidade, e cuja especificidade explica com vantagens o “potencial ambivalente” identificado por Habermas.

Essa tecnicidade assume, nessa formulação teórica, uma dimensão ambivalente, como é próprio de todos meios de controle, em perspectiva habermasiana. Primeiro, converte-se em elemento de redução dos custos implicados na comunicação interpessoal, na medida em que institucionaliza padrões autoreferentes de comportamento conectados tanto às rotinas técnicas quanto à formação de linguagens especializadas constituidoras de esferas de legitimidade e controle dentro do funcionamento interno das instituições. Segundo, transforma-se em argumento legitimador diante dos públicos conectados, os quais já se situam no âmbito de uma sociedade extremamente colonizada pelas tecnologias.

Ante tais institucionalidades, as demais esferas da sociedade - inclusive os subsistemas do Estado e da economia - são situados num quadro conflitivo em que o ato de comunicar nem aparece mais como uma competência geral, como nas sociedades pré-capitalistas, nem como uma mera função delegada, e sim como um campo próprio, dotado de racionalidade e procedimentos de legitimação e discursividade específicos daquelas instituições. Em outras

palavras, a institucionalidade da comunicação se toma sistêmica, sendo lícito falar em seus públicos e outros subsistemas como entornos, em regime de permanente conflitualidade. Os entornos das instituições sistêmicas de comunicação são, portanto, os demais subsistemas, como as organizações da economia e o Estado, junto aos quais os conflitos se desencadeiam na forma de relações mediadas pelos mecanismos do dinheiro e do poder; e o que chamamos aqui as **esferas públicas comunicacionais**, ou o espaço organizado ou não dos públicos conectados ou das audiências, em toda a sua complexidade sócio-cultural, cognitiva e psicológica.

Com a noção de **esferas públicas comunicacionais** pretende-se caracterizar tanto os entornos sistêmicos dos públicos conectados (perspectiva sistêmica), quanto os processos de cotidianação da vida em relações dentro das quais se entrecruzam atividades de consumo, cidadania e identidade. Percebida dentro desta articulação teórica, a interação entre emissoras ou jornais e seus públicos é, desde o princípio, relação de conflito, já que, por definição, um entorno sempre representa ameaça ao sistema que busca dominá-lo e ante o qual ele procede por resignificação e/ou resistência.

Estudar os públicos como entornos, contudo, não pode ser a única opção. Os sentidos emanados das programações e textos produzidos pelas instituições de comunicação não são os únicos contra os quais tais públicos se colocam em relação ou utilizam como referência. E, além disso, a mediação da técnica, como mecanismo de controle, exercida pelos procedimentos de discursividade e pelos recortes de tempos e espaços, possui um caráter ambivalente que é em princípio insuperável: ao mesmo tempo que exerce efeito legitimador, a técnica se introduz no mundo da vida, criando condições de interatividade e multiplicação das redes interpretativas que fragilizam as



pretensões de poder inseridas no processo da comunicação sistemicamente institucionalizada. Essa fragilidade tem sido insistentemente demonstrada, em nível empírico, pelos atuais estudos de recepção.

Eis porque, junto à pesquisa das condições de institucionalização e das relações entre sistema e entornos no campo da comunicação social, toma-se necessária uma **crítica da vida cotidiana** das esferas públicas comunicacionais. O mundo da vida também é espaço de luta, de embate e de debate<sup>4</sup>, onde linguagem e técnica igualmente competem entre si pela reprodução de relações e institucionalidades.

A noção de vida cotidiana que aparece como sendo a mais própria a este tipo de investigação procede do filósofo marxista francês Henri Lefèbvre (1946 e 1963) e que, para servir aos propósitos deste trabalho, implica ser pensada em termos das categorias habermasianas aqui revisitadas. Lefèbvre aponta as condições dentro das quais, na sociedade capitalista urbana, os processos de dominação avançam para dentro do mundo da vida, inscrevendo-se no âmago das categorias e estruturas da linguagem, por meio da tecnificação e da rotinização. Sua visão da vida cotidiana leva a dialética ao seu limite, percebendo o conflito entre um **vivido** instaurado na tradição, no tempo programado, na ação dominada, no formal da linguagem, e um **viver** que escapa a estas formalizações, transborda a linguagem, abre o jogo de possibilidades e temporalidades implicadas no conflito entre tradição e crítica, no interior da cultura. Sendo o lugar da ação humana por excelência, o cotidiano é o espaço do homem dominado, mas, dentro dele, o homem não é jamais completamente dominável. A vida cotidiana é feita de desníveis, produzidos pelo conflito entre o estruturado e o espontâneo, o formal e o informal.

Uma abordagem completa dos

resultados de uma contraposição entre Habermas e Lefèbvre não cabe neste artigo. Seja, pois, por enquanto, suficiente dizer que a abordagem lefebvriana dialetiza a idéia habermasiana de mundo da vida, ao passo que a teoria social de Habermas possibilita apreender Lefèbvre em termos de uma visão comunicativa da sociedade. Repensadas, tais categorias permitem pensar uma reinterpretação das instituições de comunicação, na contemporaneidade capitalista, em face da relação sistema/entorno com as esferas públicas comunicacionais, inscritas em um panorama de cotidianização de muito maior amplitude.

#### **5. Anúncios conclusivos: indicações de novos olhares possíveis**

Não há meios, não há massas. E a comunicação não se reduz a ações teleológicas orientadas a públicos metaforizados como alvos. A tradição crítica dos estudos de comunicação parecem encaminhar-se celeremente para a indicação de que novos horizontes podem ser entrevistados, quando as velhas teorias são revisitadas por novas tentativas e abordagens.

Por um lado, o capitalismo se aprofunda e se alarga. Invade os refolhos da vida cotidiana, transformando a intimidade em lucro e maximizando o desenraizamento de culturas e vidas. E se reproduz a partir do próprio suporte das redes de telecomunicações que se estendem sobre o mundo inteiro. Etnocídio e globalização se complementam, como faces de uma mesma moeda, na última onda expansionista do capital, o qual não apenas envolve a superfície das relações intersistêmicas em dimensões planetárias, mas também penetra os interstícios do dia-a-dia na grande cidade em que se converte o mundo inteiro. Para isso, multiplicam-se as estruturas sistêmicas e reduz-se, qualitativa e quantitativamente, o espaço de trocas simbólicas em que se agita o viver humano, ante um vivido

**(4) A noção, extremamente interessante, de esferas públicas de embate e debate é trabalhada por Rovilson Robbi Brito em texto nesta edição de *Novos Olhares***



cada vez mais fabricado pelos processos de consumo, dominação e rotinização técnica.

Entretanto, por outro lado, pluralizam-se esferas públicas complexas e diversificadas, como fendas que se abrem ante os novos modos de dominação que surgem. Esferas públicas permeadas pelos sentidos globais do mundo interconectado, em busca de refazer por meio da interatividade e da resistência, a organicidade possível capaz de fazer valer uma nova visibilidade para as sofisticadas formas de exclusão e injustiça que se desdobram na virada do milênio. E também esferas públicas orientadas à afirmação do indivíduo e de sua intimidade como refúgio último de um vivido/viver que já não mais se estabiliza em valores locais respaldados pela tradição.

Cotidianizado e submetido, o homem contemporâneo é, dessa forma, o ser lançado na intersubjetividade de forma

imposta e irremediável, mas que, mesmo assim, mantém a subjetividade como perspectiva e esperança, ante um mundo que insiste em tratá-lo como objeto e resíduo. Nesse contexto, os processos de comunicação, enquanto o absorvem e, ao mesmo tempo, com ele dialogam, acabam permitindo que, mesmo esmagado pelo excesso de informação, ele prossiga se comunicando, identificando-se, pertencendo e se autoconstruindo. Os aparatos de poder simbólico, em que se converteram as instituições modernas de comunicação, viram-no pelo avesso, mas não são capazes de consumi-lo por inteiro. Deixam frestas, rachaduras, espaços pelos quais o mundo da vida se manifesta, pleno de possibilidades, abrindo o futuro ao desconhecido e lançando a possibilidade de transformar sistemas em meros mausoléus feitos de

pó e mármore.

Será essa uma utopia? Certamente.

Mas, não há material melhor para se forjar o futuro.

### Bibliografia do Artigo

- BLUMER, Herbert (1946) *A massa, o público e a opinião pública*. In: COHN, Gabriel (1987) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- GIDDENS, Anthony (1984) *¿Razón sin revolución? La Theorie des kommunikativen Handels de Habermas*. In: GIDDENS, Anthony; HABERMAS, Jürgen; JAY, Martin; MCCARTHY, Thomas; RORTY, Richard; WELLMER, Albrecht; WHITEBOOK, Joel. **Habermas y la modernidad**. Madrid : Cátedra, 1994 (p. 153-192).
- HABERMAS, Jürgen (1981 e 1981a) **The theory of communication action**. V. I e II. Boston: Beacon Press, 1984.
- INGRAM, David (1987) **Habermas e a dialética da razão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- LEFÈBVRE, Henri (1946) **Critique de la vie quotidienne**. V. 1. Paris : L'Arche, 1968.



- LEFÈBVRE, Henri (1963) **Critique de la vie quotidienne**. V. 2. Paris : L'Arche, 1968.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús (1987) **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonia**. México: GG.
- RIBEIRO, Lavina (1996) **Contribuições ao estudo institucional da comunicação**. Teresina: Edufpi.
- RIBEIRO, Lavina (1997) **A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964**. Campinas-SP: Unicamp. (Tese de doutoramento)
- RODRIGUES, Adriano D. (1990) **Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Presença.
- SIGNATES, Luiz (1998) **Um estudo sobre o conceito de mediação**. *Novos Olhares: Revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos midiáticos*. Ano I, n. 2, 2.o semestre de 1998. São Paulo : ECA/USP. (p. 37-49)
- THOMPSON, John B. (1995) **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WEBER, Max (1921) **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Edunb, 1991.
- WILLIAMS, Raymond (1960) **Cultura e sociedade: 1780-1950**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

